



INICIATIVA
INTER-RELIGIOSA PELAS
FLORESTAS TROPICAIS

POVOS INDÍGENAS GUARDIÕES DAS FLORESTAS

Uma cartilha temática para líderes religioso e comunidades religiosas

UMA HISTÓRIA DE MORDOMIA FLORESTAL

Nossa conexão com a Terra, com a natureza e uns com os outros tem sido celebrada e fomentada por tradições espirituais e religiosas há milênios. Mas os povos indígenas que chamam às florestas o seu lar têm uma relação particularmente íntima, e uma profunda devoção às florestas tropicais que moldaram as suas cosmologias, culturas e vidas espirituais. Essa intimidade cria nos povos indígenas, residentes na floresta, um profundo investimento na proteção de suas florestas e um reconhecimento de que os seres humanos são apenas uma parte de uma comunidade florestal muito mais ampla.

A visão dos seres humanos como apenas uma expressão dentro de uma comunidade florestal que se estende por regiões terrestres e celestes, e inclui os domínios

FATOS PRINCIPAIS

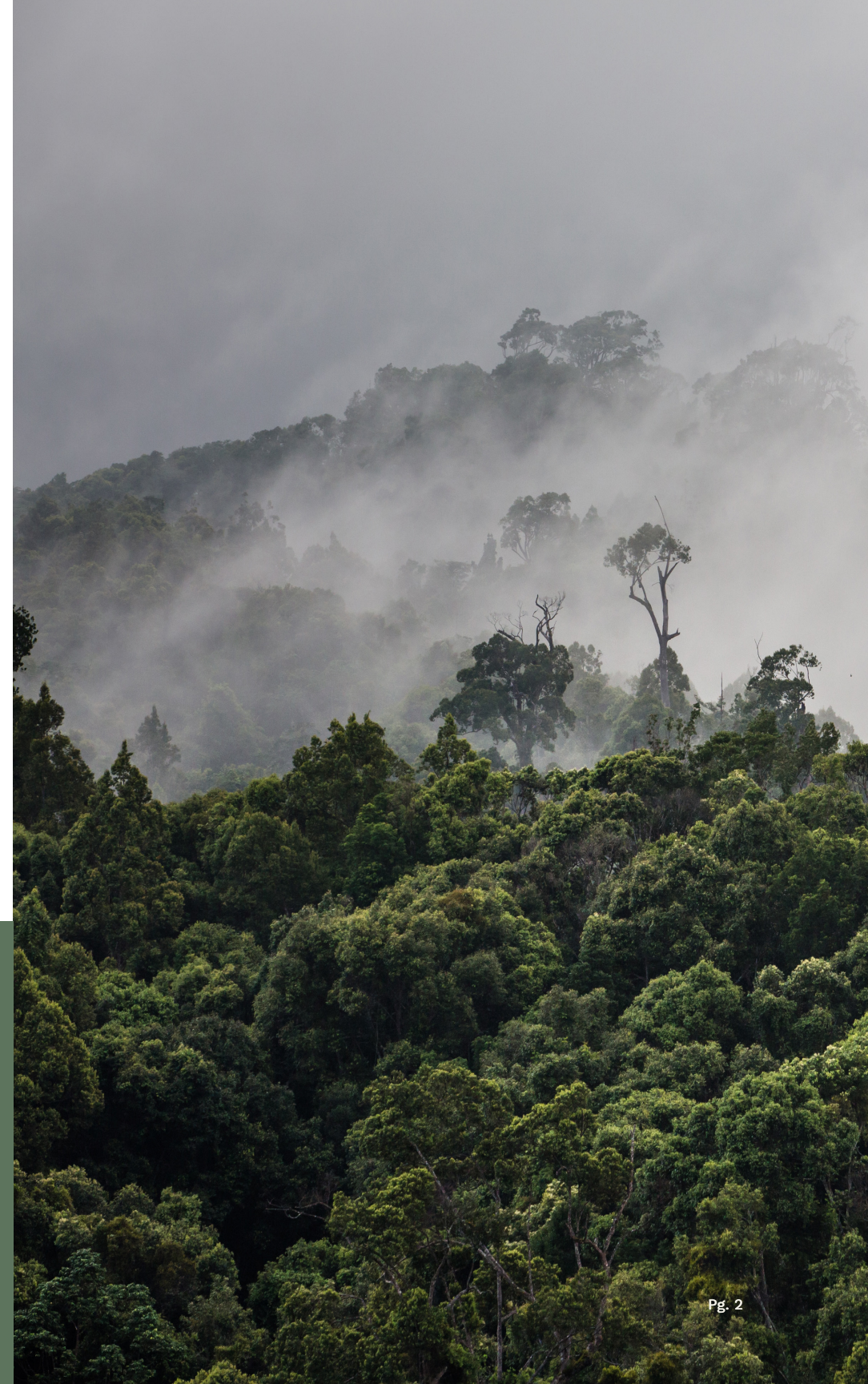
- As práticas de gestão das terras dos povos indígenas, os seus conhecimentos locais e tradicionais e a sua relação espiritual com a floresta constituem a base para uma mordomia eficaz e sustentável das florestas tropicais.
- Quando os direitos dos povos indígenas à terra são protegidos, as taxas de desmatamento são significativamente menores e o armazenamento de carbono é consideravelmente maior.
- Garantir os direitos indígenas é uma forma eficaz e económica de proteger as florestas tropicais e combater a mudança climática.

humano, animal e espiritual, é compartilhada por muitos povos indígenas. Esta visão holística do mundo, ou cosmovisão, tem informado a gestão das florestas por parte dos povos indígenas. Essa visão de mundo é de enorme importância ecológica e espiritual para toda a humanidade e, no entanto, enfrenta ameaças tão graves quanto os próprios povos indígenas.

Efetivamente, a comunidade global, incluindo as tradições religiosas e espirituais do mundo, tem muito a aprender com os povos indígenas sobre a convivência com o mundo natural, uma competência que é crucial para o futuro do nosso planeta e da humanidade. A cultura dos povos indígenas de relação íntima e de cuidado com o mundo natural é uma fonte rica de sabedoria espiritual, uma verdade e uma obrigação que muitas outras tradições religiosas podem apontar, mas não enfatizam com a mesma profundidade. Dados os muitos dons que os povos indígenas trazem para a família humana, e a nossa necessidade urgente de restaurar a integridade da nossa relação com a Terra, seríamos sensatos em ouvir atentamente e respeitosamente os povos indígenas que vivem na floresta e aprender com eles. Como pessoas de fé, temos também o dever de estar ao seu lado como aliados na defesa dos seus direitos e das suas vidas.

FATOS PRINCIPAIS

- A fraca proteção jurídica dos povos indígenas e comunidades florestais não é apenas um problema de direitos à terra, mas também um problema de conservação e mudança climática.
- Os assassinatos de defensores da floresta estão aumentando, e um número desproporcional de pessoas assassinadas são indígenas.





POVOS INDÍGENAS E FLORESTAS TROPICAIS

Cerca de 370 milhões de pessoas - 5 por cento da população mundial - pertencente a um dos 5.000 grupos indígenas do mundo.^{1,2} Entre estes, cerca de 200 milhões de povos indígenas vivem dentro ou perto de florestas tropicais, que eles têm protegido e gerido por gerações.³ Isto inclui mais de 100 povos não contactados que vivem isolados da sociedade convencional.^{2,4}

Apesar de constituírem uma porcentagem relativamente pequena da população humana, os povos indígenas protegem cerca de 80% da biodiversidade mundial, já que seus territórios e terras coincidem com áreas altamente biodiversas.⁴ Isso não é coincidência: estudo após estudo mostrou que os povos indígenas são os melhores protetores da biodiversidade do mundo.

No entanto, porque os povos indígenas também vivem nas linhas de frente do desmatamento, eles muitas das vezes vêem seus direitos violados e seus territórios invadidos, ou explorados em favor de interesses comerciais externos ou do desenvolvimento de infraestrutura.^{4,8}

As culturas indígenas, os sistemas de crenças e os meios de subsistência estão muitas das vezes profundamente interligados com os ecossistemas florestais, e os povos indígenas possuem vastas reservas de conhecimentos locais e tradicionais sobre as florestas que habitam. Esse conhecimento tradicional incorpora não apenas uma coleção de fatos e informações específicas de cada lugar, mas uma forma de observar e se relacionar com o mundo, informado pelas *cosmovisões* integradas que os povos indígenas usam para entender suas vidas e relações no ambiente florestal.

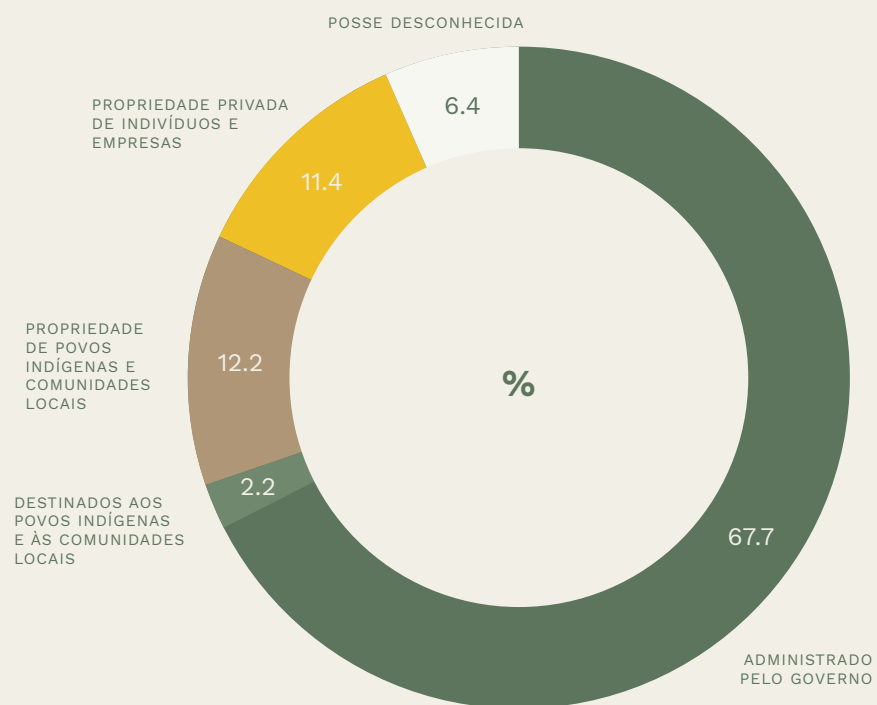
Estas *cosmovisões* são muito comuns e influenciam profundamente a sua compreensão da realidade; Os anciãos indígenas desempenham um papel central na transmissão dessas realidades espirituais dentro de suas comunidades. Essas formas indígenas de ver e agir no mundo não estão separadas em diferentes sistemas de medicina, educação, governança e assim por diante, mas são entendidas como um conjunto interativo, ao qual alguns se referiram como um modo de vida (“*lifeway*”). Esta forma íntima e interativa de viver na floresta posiciona os povos indígenas de forma única como líderes na conservação das florestas tropicais no mundo inteiro.⁵⁻⁷ Isso também ajuda a explicar sua resiliência diante de séculos de marginalização e opressão.

OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas⁹, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho¹⁰ e vários outros instrumentos internacionais concedem aos povos indígenas uma série de direitos. Estes incluem o direito de possuir, usar e controlar suas terras e recursos naturais; e o direito ao Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), que permite aos povos indígenas de "dar ou não o consentimento a um projeto que possa afetá-los ou a seus territórios".^{9,10} Os direitos dos povos indígenas à posse da floresta - um conceito que inclui a propriedade das florestas e os direitos de viver e usar as florestas - começaram a ganhar reconhecimento legal no final da década de 1980, motivados por acordos internacionais, pressão política e interesse dentro das comunidades ambientalistas e de desenvolvimento.^{11,12} Desde então, a tendência para o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas diminuiu e aumentou, com um aumento acentuado do reconhecimento dos direitos à posse da floresta e à terra desde 2013.¹² Este reforço inclui um aumento de 10 milhões de hectares na propriedade de terras indígenas e comunitárias na Colômbia e no Brasil, e a designação oficial de cerca de 6 milhões de hectares de floresta nacional para uso dos povos indígenas em quatro países da América Latina, incluindo o Brasil e o Peru.¹²

Os povos indígenas têm uma importante contribuição a ser alcançada para alcançar as metas globais de clima, restauração florestal, biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

SITUAÇÃO GLOBAL DA POSSE LEGAL DA FLORESTA EM 58 PAÍSES, 2017



Source: Rights and Resources Initiative. 2018. At a Crossroads: Consequential Trends in Recognition of Community-Based Forest Tenure from 2002-2017.

Até 2017, os povos indígenas e comunidades locais possuíam cerca de 447 milhões de hectares de florestas, e tinham direitos de uso, acesso e alguns direitos de gestão para mais 80 milhões de hectares.¹² A maior concentração de florestas sob propriedade ou manejo indígena se encontra na América Latina.¹² Em 2018, os povos indígenas e as comunidades locais foram bem-sucedidos em garantir a posse e direitos sobre outras áreas florestais no Brasil, República Democrática do Congo e Indonésia, entre outros países.¹²

Apesar desses ganhos, ainda existe uma grande lacuna entre a extensão das terras indígenas legalmente reconhecidas e as áreas reivindicadas pelos povos indígenas de acordo com sua ocupação histórica e seus direitos consuetudinários.¹¹⁻¹³ Os direitos consuetudinários são direitos tradicionais que evoluíram ao longo do tempo e se estabelecem através do consenso da comunidade sobre como a terra é usada.

Governos do mundo inteiro reconhecem oficialmente os direitos indígenas em cerca de um quarto da terra do mundo.¹⁴ No entanto, mesmo quando os povos indígenas ou as comunidades locais têm direitos formais à terra, esses direitos são frequentemente negligenciados e violados, o que deixa eles e suas terras vulneráveis a outros interesses e a danos ambientais.^{12,15-17} A fraca protecção jurídica dos povos indígenas e das comunidades florestais não é apenas um problema de direitos à terra, mas também um problema de conservação e de mudança climática.

A young indigenous person with dark hair, wearing a light-colored shirt, is shown in profile, looking upwards and to the right. They are holding a long, thin stick or branch. In the background, a wall is covered with a map or chart drawn on paper, featuring blue and red lines. The scene is set outdoors, with green foliage visible in the background.

AS PRÁTICAS INDÍGENAS E A CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS

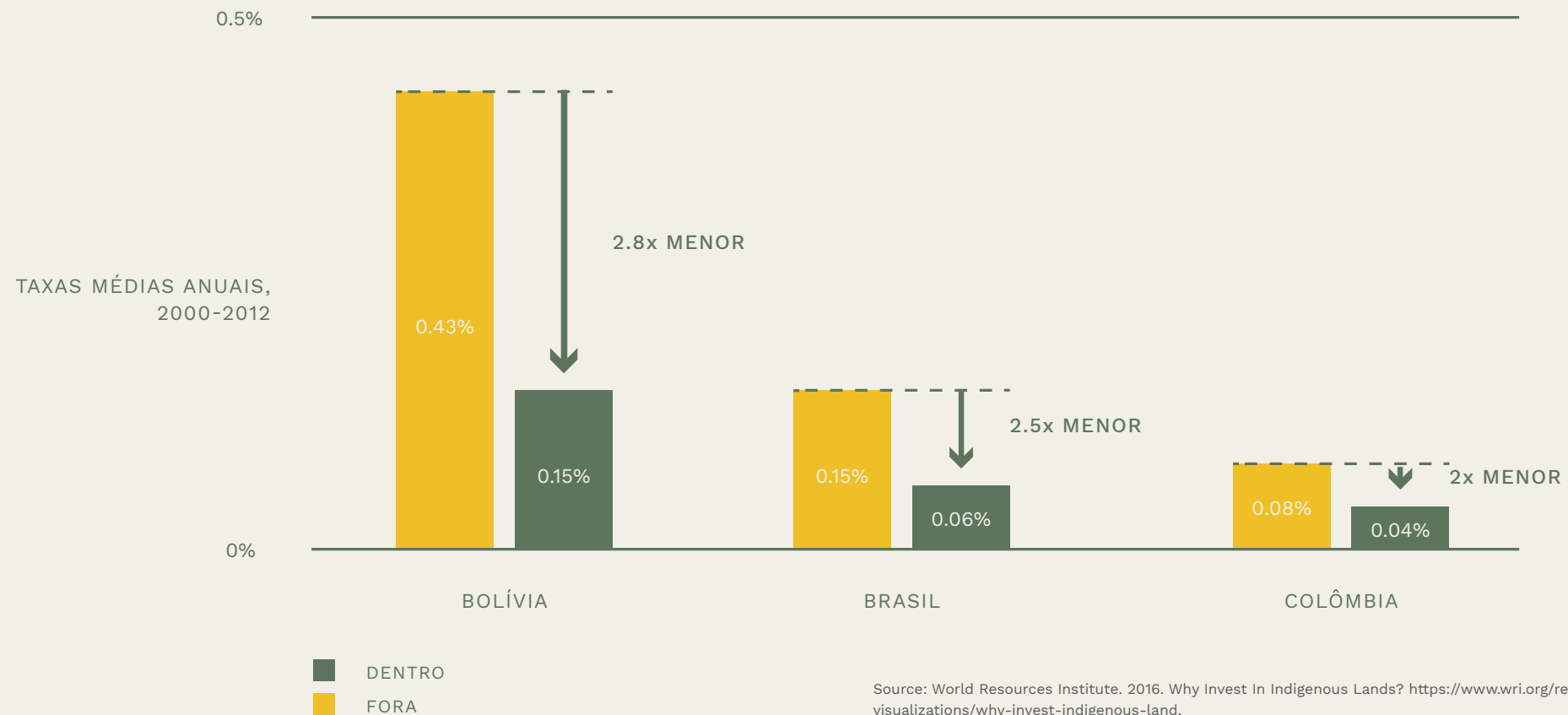
Os povos indígenas incorporam uma rica e variada gama de crenças, práticas culturais e espirituais, línguas, sistemas de parentesco e conhecimento tradicional. Um traço comum entre esta diversidade é uma relação profunda e íntima com a terra que habitam e com os seus recursos.¹⁸ As florestas desempenham um papel central em apoiar os meios de subsistência dos povos indígenas, bem como as suas práticas espirituais e culturais. As florestas sustentam atividades de pesca, coleta de alimentos e caça; fornecem materiais para abrigo, ferramentas, artesanato, objetos cerimoniais e medicações tradicionais; e servem como fontes de inspiração artística e espiritual.¹ Por sua vez, as crenças e práticas indígenas ajudam a preservar as florestas, sua biodiversidade e os serviços ecossistêmicos que elas fornecem.¹⁹⁻²¹ As comunidades indígenas, por exemplo, criam de forma eficaz santuários de vida selvagem em torno de sítios sagrados, através da restrição

da caça.^{1,5,22,23} De fato, os povos indígenas falam regularmente da própria terra como participante nas possibilidades de conservação, bem como do seu uso e sustento. Como tal, monitorizam a utilização dos recursos vitais para garantir o bem-estar da própria floresta, como parte de uma rede estendida de parentesco, promovendo assim práticas de gestão sustentável, que só são reforçadas quando a posse é legalmente concedida e aplicada.^{21,24} Os direitos à terra para os povos indígenas estão associados com reduções significativas no desmatamento quando comparados a florestas sem posse registrada.^{20,21,25-27} Na Amazônia peruana, o reconhecimento legal dos direitos indígenas e das comunidades locais foi vinculado a uma redução de 81% no desmatamento no primeiro ano após a titulação e de 56% no segundo ano.²⁸ As taxas de desmatamento nas florestas indígenas da Amazônia brasileira foram inferiores a 1%, em comparação com 7% fora dessas áreas.¹⁹ A pesquisa é clara: quando

os direitos à terra dos povos indígenas e comunidades florestais não são reconhecidos ou são aplicados de forma fraca, as florestas são vulneráveis ao desmatamento. Garantir os direitos legais sobre a floresta para os povos indígenas e proporcionar uma forte proteção governamental para esses direitos reduz as taxas de desmatamento.

A salvaguarda dos direitos e territórios dos povos indígenas também representa uma estratégia rentável para a conservação das florestas tropicais. Um estudo recente estima que o benefício líquido de assegurar a posse da floresta por parte dos indígenas pode variar entre US\$ 4.800 e US\$ 10.700 por hectare para alguns países da América do Sul.²¹

AS TAXAS DE DESMATAMENTO DENTRO DE TERRAS INDÍGENAS LEGALMENTE RECONHECIDAS SÃO 2 A 3 VEZES MENORES DO QUE EM ÁREAS SIMILARES QUE NÃO ESTÃO REGISTRADAS PARA OS INDÍGENAS



Source: World Resources Institute. 2016. Why Invest In Indigenous Lands? <https://www.wri.org/resources/data-visualizations/why-invest-indigenous-land>.



Os povos indígenas representam menos de 5% da população global, mas administram mais de 80% da biodiversidade global.

OS BENEFÍCIOS CLIMÁTICOS DAS TERRAS INDÍGENAS



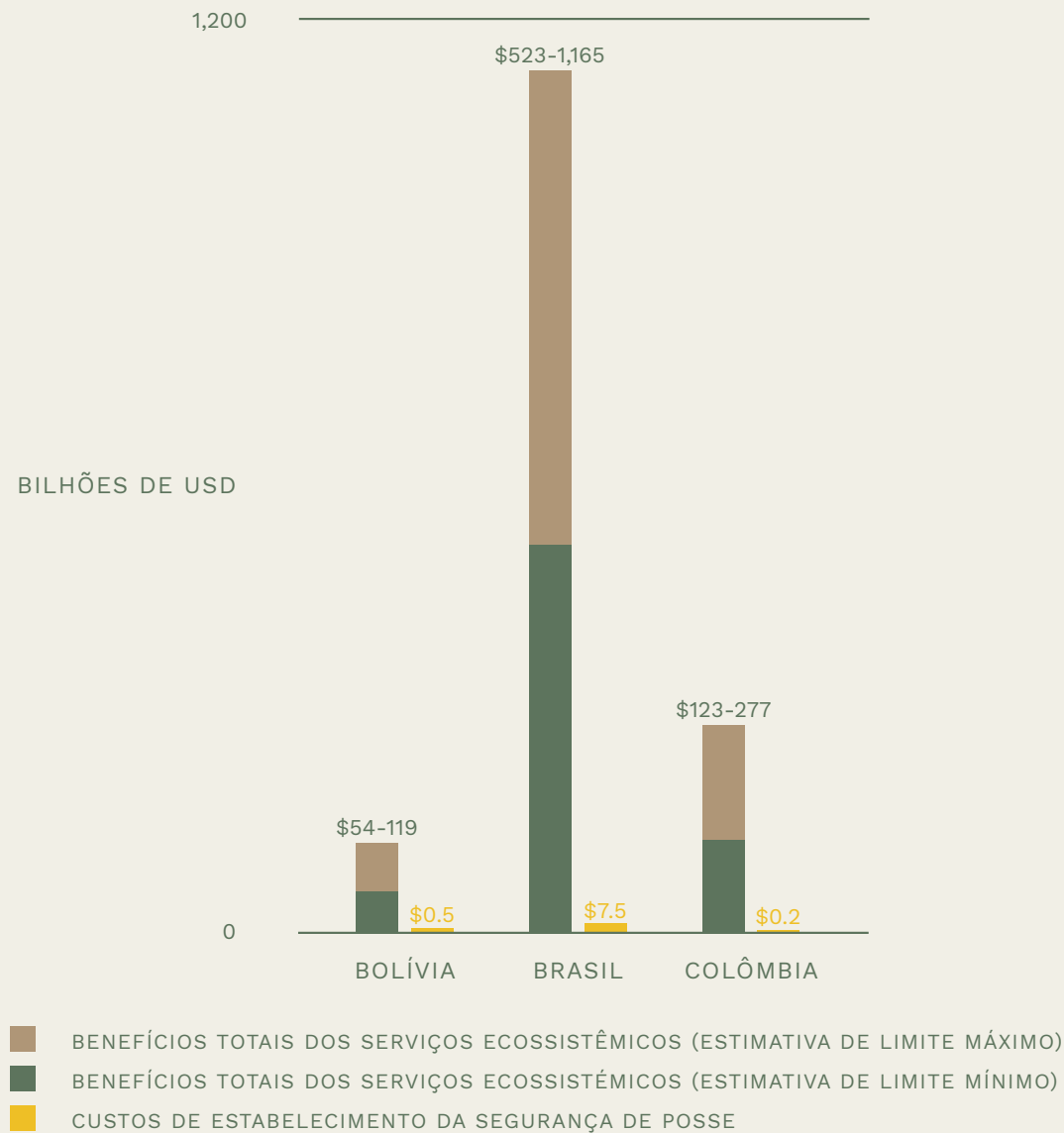
Ao gerir de forma sustentável uma grande parte das florestas tropicais do mundo e ao evitar a perda e a degradação das florestas nessas terras, os povos indígenas e as comunidades florestais desempenham um papel enorme, e em grande parte desconhecido, na mitigação da mudança climática global. O fortalecimento dos direitos dos povos indígenas às florestas resulta em florestas mais saudáveis que armazenam mais carbono, reduzindo assim a pressão sobre o clima.

A terra utilizada e gerida pelos povos indígenas faz uma diferença mensurável no combate à mudança climática. Um estudo de 2015 concluiu que os territórios indígenas na Bacia Amazônica, Mesoamérica, República Democrática do Congo e Indonésia, por si só, continham cerca de um quinto do carbono acima do solo armazenado em florestas tropicais.²⁹ Na Amazônia brasileira, as florestas de comunidades indígenas contêm mais de um terço a mais de

carbono por hectare do que outras florestas, devido às práticas indígenas de manejo e conservação.¹⁹ Entre 2000 e 2012, as emissões relacionadas ao desmatamento na Amazônia brasileira foram 27 vezes maiores fora das terras indígenas do que dentro delas.¹⁹

Mas essas terras indígenas que tão efetivamente sustentam florestas saudáveis e armazenam carbono também são extremamente vulneráveis e muitas vezes se sobrepõem com áreas de alto risco de desmatamento.²⁰ Apesar do papel crucial que desempenham na mitigação da mudança climática e na preservação dos serviços ecossistêmicos dos quais toda a humanidade depende, os governos continuam a perder uma importante oportunidade de combater a mudança climática, através do fortalecimento e da aplicação dos direitos dos povos indígenas. A forte correlação entre os direitos dos povos indígenas e a atenuação da mudança climática é ignorada por nossa própria conta e risco.

A GARANTIA DOS DIREITOS À TERRA INDÍGENA FORNECE UMA SUBSTANCIAL RETORNO AMBIENTAL E ECONÔMICO DO INVESTIMENTO



Source: World Resources Institute. 2016. Climate Benefits, Tenure Costs: The Economic Case for Securing Indigenous Land Rights in the Amazon. (p.60).

A forte correlação entre os direitos dos povos indígenas e a atenuação da mudança climática é ignorada por nossa própria conta e risco.

AMEAÇAS AOS POVOS INDÍGENAS



No mundo inteiro, povos indígenas, comunidades florestais e outros ativistas ambientais enfrentam sérios riscos ao protegerem as florestas de serem destruídas e degradadas.^{12,31,32} Muitos são fisicamente ameaçados, atacados, presos e até mortos por protegerem ecossistemas vitais para todos.¹⁶ Segundo a Global Witness, uma ONG internacional que chama a atenção para os abusos ambientais e de direitos humanos, quase mil defensores ambientais foram assassinados desde 2010.^{16,31} Dados relativos ao período desde 2015 sugerem que este fenómeno está se alastrando a um ritmo alarmante.^{16,31} Em 2017, pelo menos 4 pessoas foram mortas semanalmente por protegerem suas terras das indústrias extrativistas e do agronegócio em 22 países diferentes.³¹ Um número semelhante foi reportado para 2016, tornando estes dois anos os piores de sempre para a vida dos ativistas ambientais.^{16,31}

Os dados também sugerem que um número desproporcional dessas vítimas são indígenas. Em 2016, cerca de 40% das vítimas eram indígenas, uma parcela extremamente desproporcional em relação à sua proporção na população mundial.¹⁶ Entre 2016 e 2017, quase dois terços dos assassinatos de defensores do meio ambiente foram registrados na América Latina.³⁴ O Brasil registra o maior número de assassinatos, mas as mortes de ativistas ambientais também aumentaram na Colômbia após a assinatura do Acordo de Paz.¹⁶ Os guardaparques foram recentemente visados na República Democrática do Congo.¹⁶

Os povos indígenas que vivem nas profundezas da floresta com contato limitado ou nenhum contato com pessoas de fora podem estar em risco particular. Quando contactadas por madeireiros, mineiros ou outros grupos que infringem as suas terras, estas tribos normalmente isoladas podem estar

Em 2016, os povos indígenas representaram cerca de 40% das vítimas da violência contra ativistas ambientais em todo o mundo.

sujeitas a doenças externas às quais não têm imunidade natural, como a gripe, o sarampo ou mesmo constipação comum, que em certas ocasiões causam graves epidemias e mortes em massa. Dado o seu isolamento, estes grupos são também extremamente vulneráveis à perseguição por parte daqueles que pretendem explorar ilegalmente as suas terras, e eles não têm recurso quando as suas florestas são degradadas ou destruídas.³³

Apesar das ameaças que enfrentam na defesa de suas terras e direitos, os povos indígenas e as comunidades locais recentemente fizeram progressos na garantia da posse da terra e no reconhecimento de seus direitos.³⁴ A questão está ganhando cada vez mais força à medida que estas comunidades se organizam e chamam a atenção do mundo para os serviços valiosos que prestam e para as ameaças que enfrentam. Em 2016, o Tribunal Penal Internacional anunciou que a destruição ambiental e as apreensões de terras poderiam ser acusadas de crimes contra a humanidade, embora nenhum caso ainda tenha sido ouvido.^{34,35} O « International Land and Forest Tenure Facility » apoiou a Aliança dos Povos Indígenas do Arquipélago nos seus esforços para obter o título de propriedade de 1,5 milhões de hectares de terra na Indonésia.³⁶ No Peru, uma iniciativa multiparticipativo garantiu a titulação de mais de 560.000 hectares e aumentou a proteção de áreas habitadas por povos indígenas em isolamento voluntário.³⁶ Em um esforço marcante, a comunidade afro-colombiana de Guanoche recebeu títulos de propriedade de suas terras na Colômbia, e os direitos indígenas e afro-colombianos à terra foram explicitamente reconhecidos no âmbito do Acordo de Paz do país.³⁷ Em 2016, o povo Munduruku no Brasil impediu a construção de uma das sete barragens projetadas dentro da Bacia Amazônica que estava prestes a inundar suas terras tradicionais.³⁷ Esses avanços sugerem que os povos indígenas estão cada vez mais exigindo reconhecimento por sua dignidade inerente e por suas contribuições para a saúde de nosso planeta.



POVOS INDÍGENAS, OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COMPROMISSOS AMBIENTAIS GLOBAIS

Uma confluência de acordos internacionais sobre o ambiente e o desenvolvimento gerou um interesse renovado em garantir a posse para os povos indígenas.^{12,38} Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto de 17 objetivos adotados em 2015 por todos os Estados membros das Nações Unidas com o objetivo de acabar com a pobreza e a fome e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade e num ambiente saudável.³⁸ O ODS 1 menciona explicitamente a necessidade de garantir direitos de posse.³⁹ Enquanto isso, o Acordo de Paris sobre Mudança Climática pede que as nações se comprometam a reduzir suas emissões de carbono, a fim de limitar o aumento da temperatura global neste século para bem abaixo de 2° Celsius. Os governos precisarão contar com a contribuição das terras indígenas para o armazenamento de carbono, a fim de cumprir suas promessas nacionais

de redução de emissões de carbono.¹² Compromissos adicionais para deter o desmatamento até 2030 (a Declaração de Nova Iorque sobre florestas), restaurar 150 milhões de hectares de floresta degradada até 2020 (o Desafio de Bonn) e deter a perda de biodiversidade até 2020 (as Metas de Biodiversidade de Aichi) ajudaram a destacar a urgência de garantir direitos de posse para os povos indígenas.^{12,40,41} Os progressos na realização destes objectivos globais estão actualmente muito aquém do que é necessário, exigindo uma ação urgente e decisiva por parte dos governos nacionais para que estas ambições sejam concretizadas.¹² Para que as florestas atinjam seu potencial máximo como uma solução climática, uma solução de desenvolvimento sustentável e um refúgio para a biodiversidade, os povos indígenas precisam ser reconhecidos e engajados como verdadeiros parceiros e agentes ativos da gestão florestal e da mitigação do clima.

REFERENCES

1. United Nations. State of the World 's Indigenous Peoples. (2009).
2. Cultural Survival. The issues. 2018 Available at: <https://www.culturalsurvival.org/issues>. (Accessed: 7th February 2019)
3. Chao, S. Forest peoples. Numbers across the world. (2012).
4. Sobrevila, C. The role of Indigenous Peoples in biodiversity conservation. The natural but often forgotten partners. (2008).
5. Gadgil, M., Berkes, F. & Folke, C. Indigenous Knowledge for Biodiversity Conservation.pdf. *AMBIO A J. Hum. Environ.* 22, 6 (1997).
6. Posey, D. A. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapo indians of the Brazilian Amazon. *Agrofor. Syst.* 3, 139–158 (1985).
7. Parrotta, J., Yeo-chang, Y. & Camacho, L. D. Traditional knowledge for sustainable forest management and provision of ecosystem services. *Int. J. Biodivers. Sci. Ecosyst. Serv. Manag.* 12, 1–4 (2016).
8. Nepstad, D. et al. Inhibition of Amazon deforestation and fire by parks and indigenous lands. *Conserv. Biol.* 20, 65–73 (2006).
9. United Nations General Assembly. General Assembly resolution 61/295. United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples. doi:10.4135/9781452234311.n318
10. International Laborers' Organization. Indigenous and Tribal Peoples Convention. International Labour Organisation 169 Convention 169, 9 (1989).
11. White, A., Martin, A. & Washington, D. C. Who owns the World's forests? Forest tenure and public forests in transition. (2002).
12. Rights and Resources Initiative. At a Crossroads. Consequential trends in recognition of community-based forest tenure from 2002–2017. (2018).
13. Rights and Resources Initiative. Who own the World's land? A global baseline of formally recognized indigenous and community land rights. (2015).
14. Garnett, S. T. et al. A spatial overview of the global importance of Indigenous lands for conservation. *Nat. Sustain.* 1, 369–374 (2018).
15. Jacquelin-Andersen, P. The Indigenous World 2018. (International Working Group for Indigenous Affairs, 2018). doi:10.4135/9781446201077.n34
16. Global Witness. Defenders of the Earth. Global killings of land and environmental defenders in 2016. (2017).
17. The United Nations Permanent Forum on Indigenous Issues. Background: Indigenous peoples' rights to lands, territories and resources. (2018).
18. Salmón, E. Kincentric ecology: Indigenous perceptions of the human–nature relationship. *Ecol. Appl.* 10, 1327–1332 (2000).
19. Stevens, C., Winterbottom, R., Springer, J. & Reytar, K. Securing rights, combating climate change: How strengthening community forest rights mitigates climate change. (2014).
20. Wright, G. D., Andersson, K. P., Gibson, C. C. & Evans, T. P. Decentralization can help reduce deforestation when user groups engage with local government. *Proc. Natl. Acad. Sci.* 113, 14958–14963 (2016).
21. Ding, H. et al. Climate Benefits, Tenure Costs. The Economic Case for Securing Indigenous Land Rights in the Amazon. World Resources Institute (2016).
22. Dufour, D. L. Use of Tropical Rainforests by Native Amazonians. *Bioscience* 40, 652 (1990).
23. Jane M. Read et al. Space, Place, and Hunting Patterns among Indigenous Peoples of the Guyanese Rupununi Region. *J. Lat. Am. Geogr.* 9, 213–243 (2010).
24. Sheil, D. & Beaudoin, G. Unseen sentinels : local monitoring and control in conservation ' s blind spots. 20, (2015).
25. Schleicher, J., Pere, C. A., Amano, T., Llactayo, W. & Leader-, N. Conservation performance of different conservation governance regimes in the Peruvian Amazon. 1–10 (2017). doi:10.1038/s41598-017-10736-w
26. Naughton-treves, L., Holland, M. B. & Brandon, K. The role of protected areas in conserving biodiversity and sustaining local livelihoods. *Annu. Rev. Environ. Resour.* 30, (2005).
27. Nolte, C., Agrawal, A., Silvius, K. M. & Soares-Filho, B. S. Governance regime and location influence avoided deforestation success of protected areas in the Brazilian Amazon. doi:10.1073/pnas.1214786110
28. Blackman, A., Corral, L., Santos Lima, E. & Asner, G. P. Titling indigenous communities protects forests in the Peruvian Amazon. doi:10.1073/pnas.1603290114
29. The Woods Hole Research Centre & Environmental Defense Fund. Tropical Forest Carbon in Indigenous Territories: A Global Analysis. (2015). doi:10.1080/17583004.2014.
30. Smith, P. et al. Agriculture, Forestry and Other Land Use (AFOLU). in *Climate Change 2014: Mitigation of climate change. Contribution of Working Group III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change 811–922* (Cambridge University Press, 2014). doi:10.1016/j.phrs.2011.03.002
31. Global Witness. Deadliest year on record for land and environmental defenders, as agribusiness is shown to be the industry most linked to killings. (2018).
32. Global Witness. Defenders of the earth. 2016 saw a record 200 killings of people defending their land, forests and rivers against destructive industries. 2017 Available at: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defenders-earth/>. (Accessed: 22nd January 2019)
33. Lovold Lars. Personal communication. (2019).
34. Rights and Resources Initiative. From risk and conflict to peace and prosperity: The urgency of securing land rights in a turbulent world. *Annual Review 2016–2017.* (2017).
35. Vidal, J. & Bowcott, O. ICC widens remit to include environmental destruction cases. *The Guardian* (2016).
36. The Tenure Facility. Results and impact. Available at: <https://thetenurefacility.org/about-us/results-and-impact/>. (Accessed: 7th February 2019)
37. Rights and Resources Initiative. From risk and conflict to peace and prosperity. The urgency of securing land rights in a turbulent World. (2017).
38. United Nations. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Sustainable Development Knowledge Platform Available at: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>. (Accessed: 6th February 2019)
39. United Nations. Sustainable Development Goal 1. Sustainable Development Knowledge Platform (2018). Available at: <https://sustainabledevelopment.un.org/sdg1>. (Accessed: 6th February 2019)
40. Secretariat of Biodiversity. National Biodiversity Strategy and Action Plan. (2017).
41. IUCN DC. The Bonn Challenge is a global effort to restore 150 million hectares of the world's deforested and degraded lands by 2020. Bonn Challenge Available at: <http://www.bonnchallenge.org/>. (Accessed: 4th October 2018)

O QUE É ESTA CARTILHA E PARA QUEM É?

Esta cartilha faz parte de uma série de resumos destinados a informar e inspirar as comunidades religiosas a agir para ajudar a proteger as florestas tropicais e seus habitantes. Por meio de fatos, gráficos, análises e fotos, essas cartilhas apresentam o argumento moral para a conservação e restauração dos ecossistemas de florestas tropicais, apoiado pelas mais recentes descobertas científicas e políticas. Eles reúnem a pesquisa e as ferramentas práticas que as comunidades religiosas e os líderes religiosos precisam para entender melhor a importância das florestas tropicais, para defender sua proteção e para aumentar a conscientização sobre a responsabilidade ética que existe em todas as religiões de tomar medidas para acabar com o desmatamento tropical.

PARCEIROS

A Iniciativa Interreligiosa pelas Florestas Tropicais acolhe o envolvimento de todas as organizações, instituições e indivíduos de boa fé e consciência que estão comprometidos com a proteção, restauração e gestão sustentável das florestas tropicais.



Norwegian Ministry
of Climate and Environment



NICFI
Norway's
International Climate
and Forest Initiative



A INICIATIVA INTERRELIGIOSA PELAS FLORESTAS TROPICAIS

A Iniciativa Interreligiosa pelas Florestas Tropicais é uma aliança internacional e multiconfessional que trabalha para trazer urgência moral e liderança baseada na fé aos esforços globais para acabar com o desmatamento tropical. É uma plataforma para líderes religiosos e comunidades religiosas trabalharem de mãos dadas com povos indígenas, governos, ONGs e empresas em ações que protegem a floresta tropical e os direitos daqueles que servem como seus guardiões. A Iniciativa acredita que chegou a hora de um movimento mundial para o cuidado das florestas tropicais, um movimento baseado no valor inerente das florestas e inspirado pelos valores, ética e orientação moral dos povos indígenas e comunidades religiosas.

PERGUNTAS?

A Iniciativa Interreligiosa pelas Florestas Tropicais está ansiosa para trabalhar com você para proteger as florestas tropicais e os direitos dos povos indígenas. Entre em contato conosco pelo e-mail info@interfaithrainforest.org.



INICIATIVA
INTER-RELIGIOSA PELAS
FLORESTAS TROPICAIS